

# Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	18
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	19
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	23
2.7 Destinação de resultados	24
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	27
2.10 Planos de negócios	28
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	31
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	32
5.2 Descrição dos controles internos	37
5.3 Programa de integridade	41
5.4 Alterações significativas	46
5.5 Outras informações relevantes	47

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



### 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para: (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AV" e "AH" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Vertical" e "Análise Horizontal", respectivamente.

#### (a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossas atividades têm como objetivo a prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, sempre com foco nas necessidades do cliente e no desenvolvimento sustentável das cidades onde atuamos. Todo esse esforço nos impulsionou para uma das maiores conquistas da Iguá até o momento: ter ganhado um dos blocos do leilão promovido pela CEDAE, para iniciar a operação do saneamento de parte da cidade do Rio de Janeiro, e das cidades Paty do Alferes e Miguel Pereira, em fevereiro de 2022.

Estamos presentes em 39 municípios com o objetivo único de levar saneamento às populações atendidas e ajudar o país a alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

Com 15 concessões e 3 parcerias público-privadas (PPPs), nossa infraestrutura conta 8,8 mil km de rede de coleta de esgoto, 5,0 mil km de rede de distribuição de água e estamos inseridos na vida de mais de 7 milhões de pessoas que compõem comunidades dos mais diferentes portes. Tal condição nos dá conhecimento sobre distintas realidades do saneamento no país e nos credencia a superar os mais diversos desafios técnicos e operacionais.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações assumidas de curto e longo prazo, bem como para suportar o crescimento sustentável dos seus negócios.

As informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 refletem a continuidade desta fase de crescimento, eficiência operacional, retomada de investimentos e equilíbrio financeiro. A dívida bruta da Companhia apresentou um crescimento ao longo do tempo, de R\$6.461,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$7.138,1 milhões em 31 de dezembro de 2023 (crescimento total de 10,5% neste período), como reflexo da retomada dos investimentos nas concessões, e a dívida líquida da Companhia totalizou R\$6.175,3 milhões, um aumento de 10,0% na comparação com o mesmo

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



período do ano anterior, em função principalmente dos juros da 2ª Emissão de Debêntures da Iguá Rio de Janeiro. O índice de alavancagem da Companhia, medido pela dívida líquida (considerando ativos não consolidados) dividido pelo EBITDA Ajustado, foi de 7,1x no exercício de 2023 e de 8,6x em 31 de dezembro de 2021.

### (b) estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A predominância do capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da sua opção por empregar recursos de terceiros no financiamento do seu crescimento, de forma a maximizar o seu valor, considerando as atraentes condições de financiamento existentes no mercado.

A tabela abaixo descreve a distinção entre capital próprio e de terceiros nos períodos indicados:

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	9.443.550	8.579.461	7.945.426
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.671.521	3.027.663	2.888.432
Capital Total (terceiros + próprio)	12.115.071	11.607.124	10.833.858
Parcela de capital de terceiros <sup>(1)</sup>	77,9%	73,9%	73,3%
Parcela de capital de próprio <sup>(2)</sup>	22,0%	26,0%	26,7%

(1) A parcela capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido (capital total).

(2) A parcela capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido (capital total).

Nossa administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

### (c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia entende que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros.

A Companhia encerrou o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 com 85% da sua dívida bruta, ou seja, empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo não circulante em longo prazo.

Na mesma data a Companhia apresentava R\$962,7 milhões em caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados e outros ativos financeiros em seu ativo circulante.

A administração da Companhia avalia constantemente a habilidade da empresa operarnormalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, e está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

### **(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Desde a nossa constituição, utilizamos a combinação entre capital próprio, por meio de aportes de capital de nossos acionistas, e capital de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. Portanto, sempre que entendemos apropriado, obtemos empréstimos e financiamentos para realização de nossos investimentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras assumidas perante terceiros.

Dada a relevância do saneamento para a sociedade e seus impactos na saúde pública e na qualidade de vida da população, o setor historicamente conta com fontes de financiamento diferenciadas, principalmente por parte dos bancos públicos. Em especial, a Caixa Econômica Federal, atuando como agente repassador dos recursos do FGTS destinados ao programa Saneamento para Todos, bem como o BNDES, através de suas linhas de financiamento de projetos, tem papel destacado no financiamento de novos investimentos. A Companhia tem utilizado tais alternativas, sendo que as operações das suas subsidiárias Agreste Saneamento, Águas de Colíder, Águas de Pontes e Lacerda, Águas de Alta Floresta e Atibaia Saneamento utilizaram como alternativa de financiamento, empréstimo sob o programa Saneamento para Todos, e destas apenas Agreste Saneamento ainda tem saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2020 e Atibaia Saneamento assinou o contrato em novembro de 2020 e terá o primeiro desembolso de recursos em 2021. As operações de suas subsidiárias de Águas de Cuiabá, Paranaguá Saneamento, Spat Saneamento, Sanessol Saneamento, Guaratinguetá Saneamento, utilizaram linhas de financiamento disponibilizadas pelo BNDES, sendo que todas ainda tem saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2020.

### **(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Pretendemos manter nossa estratégia de combinação entre capital próprio e de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não- circulantes. Portanto, sempre que entendermos apropriado, poderemos nos capitalizar, seja por meio de empréstimos e financiamentos e debêntures contratados com terceiros, seja por meio de emissão de novas ações. A Companhia está constantemente avaliando as melhores alternativas de captações no mercado, tanto local quanto internacional, sendo que, até a presente data, a Companhia não acessou o mercado internacional.

### **(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

#### **(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O endividamento da Companhia é composto, principalmente, pelo mercado de capitais, por meio das debêntures. Os montantes captados tem o objetivo de viabilizar a execução de contratos de concessão e de parcerias público privadas celebrados entre nós (por meio de nossas controladas) e a administração pública (direta e/ou indireta). Eventualmente, contraímos dívidas caracterizadas como empréstimos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



ponte junto a bancos comerciais.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia têm por objetivo (i) ampliação do nível de atendimento aos usuários de seus serviços; (ii) redução de suas perdas operacionais; (iii) ganhos de eficiência e reabilitação dos sistemas de água e esgoto, para garantir a integridade dos mesmos; e (iv) financiar ciclos de investimentos previstos nos contratos de concessão e parcerias público-privadas celebradas pela Companhia. Essas medidas ampliam a sua rede de atuação e a interação entre a Companhia e a administração pública (direta ou indireta, conforme o caso). Adicionalmente, a Companhia destina parte destes recursos para aumentar seu volume de capital de giro e também para financiar algumas de suas aquisições.

As principais garantias que a Companhia oferece para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos direitos sobre os seus recebíveis (tarifas cobradas aos usuários de seus serviços) e repasses recebidos da contraparte das PPPs, penhor de ações de suas controladas, fianças bancárias e avais de acionistas.

### Descrição dos Contratos Financeiros Relevantes

Apresentamos abaixo a descrição dos contratos financeiros relevantes da Companhia na data deste Formulário de Referência:

#### 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Rio de Janeiro S.A

Em 15 de maio de 2023, a Companhia emitiu, no âmbito da oferta pública de distribuição de, inicialmente, 3.800.000 (três milhões e oitocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante total inicial de R\$ 3.800.000.000,00, sendo (i) 2.000.000 de Debêntures da 1ª (primeira) série, correspondente a R\$ 2.000.000.000,00; e (ii) 1.800.000 Debêntures da 2ª série, correspondente a R\$ 1.800.000.000,00 com distribuição à investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30.

#### 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Rio de Janeiro S.A.

Em 31 de julho de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, através de oferta pública com esforços restritos de colocação no montante de R\$4.000.000 podendo ser distribuída parcialmente desde que obedecida a colocação mínima de R\$3.200.000.

As debêntures tem vencimento em 31 de julho de 2025.

Possuem remuneração fixa equivalente a 3,80% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

#### 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.

Em 24 de julho de 2020, a Companhia formalizou o "Instrumento Particular de Escriturada Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Iguá Saneamento S.A.", no montante total de R\$620,5 milhões. As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 14 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de julho de 2034.

A taxa incidente na emissão é de IPCA + 6,10% ao ano.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Os recursos obtidos com a oferta serão destinados para o projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá, por meio da controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o índice financeiro representado pelo quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser inferior ou igual (a) 4,2x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) 3,8x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (c) 3,5x de 31 de dezembro de 2022 até o final da vigência do contrato. O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado não automático do contrato.

### 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.

Em 29 de abril de 2019 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da quarta emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$120,0 milhões.

As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 84 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de maio de 2026.

A taxa incidente na emissão é de CDI + 3,5% ao ano.

Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para investimentos da Companhia em suas sociedades investidas.

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM:

- Dívida Líquida / EBITDA 2019: igual ou inferior a 4,5x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2020: igual ou inferior a 4,2x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2021: igual ou inferior a 3,8x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2022: igual ou inferior a 3,5x;

O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado não automático do contrato.

### 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.

Em 27 de março de 2018 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R\$70,0 milhões.

### Contrato de Financiamento BNDES da Águas Cuiabá S.A.

A Águas Cuiabá S.A. celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0424.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 26 de agosto de 2014.

Em 14 de dezembro de 2016 foi assinado o Primeiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 11 de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



janeiro de 2017 foi assinado o Segundo aditivo ao contrato de financiamento. Em 23 de junho de 2017 foi assinado o Terceiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 14 de janeiro de 2018 foi assinado o Quarto aditivo ao contrato de financiamento. Em 4 de junho de 2019, foi assinado o Quinto aditivo ao contrato de financiamento. Em 4 de junho de 2020, foi assinado o Sexto aditivo ao contrato de financiamento. Em 30 de julho de 2020, foi assinado o Sétimo aditivo ao contrato de financiamento.

O valor de principal do Contrato é de R\$327,5 milhões, os recursos são destinados à modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no limite territorial urbano no Município de Cuiabá e dos Distritos de Caxipó do Ouro, Guia, Aguaçu, Sucuri e Nova Esperança Pequizeiro, divididos nos seguintes subcréditos: (i) Subcrédito "A": R\$260,5 milhões e (ii) Subcrédito "B": R\$67 milhões. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 3,39% a.a. acima da Taxade Juros de Longo Prazo – TJLP.

Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 3,39% a.a. acima da Taxade Referência divulgada pelo BNDES – que, no caso deste contrato, é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

O contrato BNDES Cuiabá é garantido, integralmente: (i) através de 100% das ações da Águas Cuiabá, onde PCT e Companhia são acionistas, compartilhada com o Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Iguá Saneamento S.A. ; (ii) cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios emergente do Contrato de Concessão de Cuiabá, compartilhada com o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; e (iii) aval solidário da Companhia. Além disso, a Companhia, controladora direta, detém obrigações de aportes de capital no caso da Águas Cuiabá: não comprovar, durante toda a vigência do contrato, a manutenção do Índice de Cobertura de Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3; (ii) utilizar recursos oriundos da conta reserva; e (iii) caso a fiança prestada por instituição financeira em substituição à mencionada conta reserva seja executada pelo BNDES e não tenha ocorrido a emissão de nova fiança no prazo e conforme termos estipulados no contrato de cessão fiduciária.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3x.

### 2ª Emissão de Debêntures – Águas Cuiabá

Em 14 de julho de 2020, a Águas Cuiabá realizou a sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para colocação privada.

Em 30 de julho de 2020 foi celebrado o primeiro aditamento na escritura de emissão para fins de fixação da remuneração das debêntures.

O valor do principal das debêntures é de R\$ 620.486.000,00 (seiscentos e vinte milhões e quatrocentos e oitenta e seis mil reais), na data de emissão, atualizado, a partir da primeira data de integralização, pela variação acumulada do IPCA.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Sobre o valor do principal atualizado incidem juros pagos semestralmente da seguinte maneira: 6,10% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das debêntures ou data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até o primeiro dia útil após a data do efetivo pagamento (exclusive). A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 14 de janeiro de 2021 e a última parcela devida na e a última em 14 de julho de 2034.

O valor nominal das debêntures será pago semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 14 de janeiro de 2023 e a última parcela devida na e a última em 14 de julho de 2034.

Os recursos desta emissão foram/serão utilizados para (i) o reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a data de 31 de julho de 2020; ou (ii) pagamento futuro no âmbito do investimento no projeto enquadrado em caráter prioritário, nos termos da Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.797, de 27 de novembro de 2019,

As debêntures da Águas Cuiabá são garantidas pela cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de cessão e tem como agente fiduciário a instituição financeira Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, compartilhado com o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0424.1 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3x.

### **Contrato de Financiamento e Repasse – Empréstimo CEF Agreste Saneamento**

Em 18 de dezembro de 2013 a Agreste Saneamento celebrou Contrato de Financiamento e Repasse com a Caixa Econômica Federal com objetivo de financiar investimentos voltados à melhoria e ampliação do sistema de Abastecimento de Água dos Municípios de Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nória, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D'Água Grande e São Brás, todos do Estado de Alagoas.

O valor de principal do Empréstimo é de R\$146,8 milhões sobre os quais incidem juros equivalentes a 100% da taxa referencial - TR, acrescidos de 6,0% a.a. de taxa de juros, 2,0% a.a. de taxa de administração e de 0,7% a.a. de taxa de risco de crédito.

O Empréstimo CEF –Agreste Saneamento é garantido (i) vinculação de 100% da receita da Agreste Saneamento, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (escrow accounts) e observadas as regras de liberação dos recursos a serem depositados em tais contas; (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios, representados pela receita vinculada e empenhada; e penhor de 100% das ações de emissão da Agreste Saneamento.

O valor principal será amortizado, mensalmente, por meio de parcelas mensais e sucessivas no sistema Price, após um período máximo de carência 18 meses. Esse período é medido através de uma possível antecipação da conclusão das obras. Os juros durante o período de carência serão integrados ao valor



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



do principal. Sendo vencimento do contrato em fevereiro de 2035.

A Agreste Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Capital Social maior ou igual a 20% CAPEX; e
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3.

### **Contrato de Financiamento – Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê –SPAT**

Em 06 de abril de 2009, a SPAT Saneamento celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0032.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Posteriormente, as partes celebraram 1º termo aditivo ao contrato de financiamento, em 31 de agosto de 2010 por meio do qual se alterou a destinação dos recursos disponibilizados. Em 4 de julho de 2013, foi assinado o 2º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre o novo prazo para apresentação da Licença de Operação Definitiva. Em 2 de julho de 2020, foi assinado o 3º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre a alteração dos índices econômico financeiros, exclusão das Intervenientes Empresa Nacional de Participações – ENPAR e Galvão Engenharia S.A., incluir como anexo o 1º aditivo ao contrato de prestação de serviços de assistência técnica firmado entre a SPAT e a Iguá Saneamento. Em 3 de julho de 2020, foi assinado o 4º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre a suspensão temporária de pagamentos entre maio de 2020 e outubro de 2020.

O valor de principal do Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê é de R\$275,0 milhões. A incidência de juros obedecerá aos seguintes critérios:

- Quando a TJLP for superior a 6% a.a.: o montante correspondente à parcelada TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês de vigência do contrato e no vencimento, conforme aplicação da fórmula constante do contrato. O percentual de 2,8% a.a. acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for inferior ou igual a 6% a.a.: O percentual de 2,8% a.a. acrescido da própria TJLP incidirá sobre o saldo devedor.

O Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê prevê as seguintes garantias: (i) penhor das ações das intervenientes controladoras Iguá Saneamento, na própria SPAT Saneamento; (ii) fiança da interveniente fiadora, Empresa Nacional de Participações

S.A. – ENPAR (esta obrigação não existe mais dado o cumprimento das condições de liberação dessa garantia previstas em contrato); (iii) para o valor que exceder R\$250.000.000,00, apresentar carta fiança e (iv) contrato de suporte dos acionistas no caso de eventual descumprimento dos índices econômico-financeiros previstos em contrato, esta garantia foi extinta em 2 de julho de 2020 com a assinatura do distrato deste contrato. Em ambas as hipóteses, a responsabilidade assumida é solidária e envolve todas as obrigações até o final da liquidação deste contrato.

A SPAT obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3;
- Estoque de Dívida  $\leq$  3,5.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



### 2ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento

Em 28 de julho de 2020, a Paranaguá Saneamento formalizou o “Instrumento Particular da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Paranaguá Saneamento S.A.”, no valor total de R\$ 259,8 milhões.

As debêntures farão jus à remuneração fixa equivalente a IPCA + 6,10 ao ano.

O prazo de vencimento é de 10 anos contados da data de emissão, sendo o vencimento previsto para 15 de julho de 2030.

Os recursos obtidos com a oferta serão destinados para o projeto de saneamento básico no Município de Paranaguá, por meio da controlada Paranaguá Saneamento.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o índice financeiro representado pelo quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser inferior ou igual (a) 4,75x durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022; (b) 3,75x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (c) 3,50x de 31 de dezembro de 2024 até o final da vigência do contrato. O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado do contrato.

### 1ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento

Em 29 de agosto de 2017, a Paranaguá Saneamento formalizou instrumento particular de escritura da primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, conforme definido no 1º aditamento de 17 de outubro de 2017, no valor total de emissão de R\$ 138,8 milhões.

Sobre o valor de principal incidem juros equivalentes a 100% da taxa de certificados de depósitos interbancários - CDI, acrescido de spread de 3,0% a.a.

O prazo de vencimento é de 96 meses contados da data de emissão, sendo o vencimento previsto para 04 de setembro de 2025.

O contrato conta como garantia o aval prestado pela Iguá Saneamento, a alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora e cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Dívida Líquida/EBITDA em 2019: menor ou igual a 5,0x;
- Dívida Líquida/EBITDA em 2020: menor ou igual a 4,0x; e
- Dívida Líquida/EBITDA a partir de 2021: menor ou igual a 3,5x.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



### **(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Além dos contratos indicados acima, não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que sejam relevantes para a Companhia e suas controladas. A Companhia busca desenvolver relações comerciais estáveis com os principais agentes financeiros no mercado, visando desenvolver soluções adequadas para as necessidades de serviços financeiros, além de possibilitar o acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

### **(iii) grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

### **(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Os contratos de empréstimo e financiamento descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses (i) de ocorrência de operações de incorporação, fusão ou cisão das companhias devedoras; (ii) de mudanças adversas na situação financeira das companhias devedoras; e (iii) de alteração de controle societário direto ou indireto das companhias devedoras. Ainda, alguns dos contratos de empréstimo e financiamento celebrados pela Companhia determinam que o pagamento de dividendos – com exceção do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou juros sobre capital próprio pela Companhia – caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias relacionadas aos contratos, gera o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes destes. Em vista das restrições, tais eventos ficam condicionados à obtenção de waiver dos credores.

Nos contratos financeiros celebrados com o BNDES, estes poderão vencer antecipadamente se for comprovada: (i) a redução do quadro pessoal da Companhia sem atendimento a certos requisitos no contrato; (ii) a existência de sentença condenatória transitada em julgado, relativamente à prática de atos, por nós, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (iii) o não cumprimento de dispositivo que importe obrigações constantes no contrato ou (iv) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações do contrato.

Nos contratos com a Caixa Econômica Federal, as principais hipóteses que podem gerar um evento de vencimento antecipado automático são: (i) falsidade das declarações prestadas que prejudiquem a capacidade de pagamento; (ii) não pagamento de 3 (três) prestações mensais consecutivas; (iii) cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas no contrato, sem prévia e expressa aprovação; (iv) decretação de falência, deferimento de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou liquidação; (v) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento; (vi) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios, sem prévia autorização; (vii) rescisão do contrato de concessão; (viii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou judicial transitado em julgado que impeça a conclusão do projeto; (ix) a existência de sentença condenatória definitiva em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (x) descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do projeto, que provoque efeitos materiais adversos; e (xi) descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos contratos referentes à constituição das garantias.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Até a data deste Formulário de Referência a Companhia e suas controladas cumprem com todas as obrigações, índices financeiros e limites estabelecidos nos instrumentos de financiamento.

Para mais informações acerca de obrigações por nós assumidas em nossos contratos financeiros, ver item 10.1.f deste Formulário de Referência.

Além disso, a legislação, que regula nossos contratos de concessão e parceria público privadas, bem como todos os nossos referidos contratos, veda a alienação de nosso controle acionário sem a prévia anuência do poder concedente ou do parceiro público, conforme o caso.

### (g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

As restrições que nos foram impostas nos contratos de empréstimos descritos acima estão sendo atendidas.

### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto %	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2023	AV%	2022	AV%	AH%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.404.872</b>	<b>11,8%</b>	<b>1.335.598</b>	<b>11,5%</b>	<b>5,2%</b>
Caixa e equivalente de caixa	204.575	1,7%	769.131	6,6%	-73,4%
Aplicações financeiras	673.032	5,6%	0	0,0%	100,0%
Debêntures e outros investimentos	26	0,0%	2.596	0,0%	-99,0%
Depósitos bancários vinculados	41.380	0,3%	72.866	0,6%	-43,2%
Contas a receber e outros recebíveis	357.830	3,0%	342.976	3,0%	4,3%
Ativo financeiros	34.670	0,3%	91.610	0,8%	-62,2%
Impostos e contribuição a recuperar	51.353	0,4%	22.478	0,2%	128,5%
Dividendos e juros de capital próprio a receber	5.057	0,0%	0	0,0%	100,0%
Outros ativos	36.949	0,3%	33.417	0,3%	10,6%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>10.512.297</b>	<b>88,2%</b>	<b>10.271.526</b>	<b>88,5%</b>	<b>2,3%</b>
Debêntures e outros investimentos	-	0,0%	2.040	0,0%	-100,0%
Depósitos bancários vinculados	43.765	0,4%	5.176	0,0%	665,7%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Contas a receber e outros recebíveis	30.257	0,3%	56.436	0,5%	-46,4%
Ativo financeiro	505.762	4,2%	529.811	4,6%	-4,5%
Impostos e contribuição a recuperar	26.887	0,2%	6.491	0,1%	314,2%
Dividendos e juros de capital próprio a receber	4.206	0,0%	4.441	0,0%	-5,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	655.141	5,5%	6.491	0,1%	48,6%
Outros ativos	13.405	0,1%	12.882	0,1%	4,1%
Investimentos	-	0,0%	103.788	0,9%	-100,0%
Ativos de direito de uso	9.135	0,1%	9.157	0,1%	-0,2%
Imobilizado	29.074	0,2%	26.404	0,2%	10,1%
Intangível e ativo de contrato	9.194.665	77,2%	9.073.433	78,2%	1,3%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.917.169</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.606.600</b>	<b>100%</b>	<b>2,7%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>638.409</b>		<b>1.265.443</b>		<b>-49,6%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	260.055	2,1%	198.231	1,7%	31,2%
Fornecedores – risco sacado	12.090	0,1%	-	0,0%	100,0%
Poder concedente a pagar	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	52.983	0,4%	92.085	0,8%	-42,5%
Debêntures	177.506	1,5%	865.836	7,5%	-79,5%
Passivo de arrendamento	7.784	0,1%	7.042	0,1%	10,5%
Obrigações fiscais	35.621	0,3%	39.285	0,3%	-9,3%
Provisões e encargos trabalhistas	72.890	0,6%	57.198	0,5%	27,4%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	307	0,0%	-	0,0%	100,0%
Outras obrigações	7.277	0,1%	4.629	0,0%	-9,3%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11.896	0,1%	1.137	0,0%	946,3%
Passivos de operação descontinuada	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.777.712</b>	<b>72,5%</b>	<b>7.313.940</b>	<b>63,0%</b>	<b>20,2%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	216	0,0%	105	0,0%	105,7%
Poder concedente a pagar	1.733.150	14,3%	1.654.604	14,3%	4,7%
Empréstimos e financiamentos	552.767	4,6%	579.364	5,0%	-4,6%
Debêntures	6.354.796	52,5%	4.924.132	42,4%	29,1%
Passivo de arrendamento	1.673	0,0%	2.526	0,0%	-33,8%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	153	0,0%	619	0,0%	-75,3%
Obrigações fiscais	54.308	0,4%	53.609	0,5%	1,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.717	0,6%	94.303	0,8%	-20,8%
Provisão para perdas em causas judiciais	4.922	0,0%	4.678	0,0%	5,2%
Outras obrigações	1.010	0,0%	-	0,0%	100,0%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.671.521</b>	<b>22,0%</b>	<b>3.027.663</b>	<b>26,1%</b>	<b>-11,8%</b>
Capital social	2.927.834	24,2%	2.927.834	25,2%	0,0%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	877.372	7,2%	877.372	7,6%	0,0%
Ações em tesouraria	(13.993)	-0,1%	(13.993)	-0,1%	0,0%
Reservas de capital	60.809	0,5%	34.167	0,3%	78,0%
Reservas de lucro	-	0,0%	39.704	0,3%	-100,0%
Ágio em transações de capital	(64.838)	-0,5%	(64.838)	-0,6%	0,0%
Prejuízos acumulados	(1.123.161)	-9,3%	(780.048)	-6,7%	44,0%
Participação de não controladores	7.498	0,1%	7.465	0,1%	0,4%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.115.071</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.607.124</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,4%</b>

**Ativo Circulante**

O ativo circulante representava 11,8% do ativo total em 31 de dezembro de 2023, contra 11,5% em 31 de dezembro de 2022. O aumento do ativo circulante ocorreu principalmente em função do aumento de caixa e equivalente de caixa e contas a receber e outros recebíveis, decorrentes do início da fase operacional da Iguá Rio de Janeiro.

**Caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Os saldos das contas caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados passando de R\$847,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$962,7 milhões em 31 de dezembro de 2023, decorrente principalmente do início da fase operacional da Iguá Rio de Janeiro e emissão de novas debêntures.

### Empréstimo e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$ 671,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$605,7 milhões em 31 de dezembro de 2023, decorrente de vencimentos a curto prazo das dívidas, com impacto maior das parcelas de financiamentos de Cuiabá e Spat que foram pagos em 2023.

### Demonstrações de Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta as principais variações no fluxo de caixa durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, conforme indicado abaixo:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em		
	2023	2022	2021
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(67.221)	272.656	58.766
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(971.017)	(1.573.709)	(5.062.463)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	1.105.899	1.512.249	5.086.620
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	(535.349)	211.196	82.923
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	769.131	557.935	475.012
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	233.782	769.131	557.935

### Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais passou de R\$272,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, para menos R\$67,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo que as principais variações no período ocorreram no aumento dos juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

O caixa líquido das atividades operacionais passou de R\$58,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$272,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo que as principais variações no período ocorreram no aumento dos pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures devido as postergações pelo COVID 19.

### Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$1.573,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 em comparação com o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$971,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução em função da entrada da concessão da Iguá Rio de Janeiro.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$5.062,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$1.573,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

### **Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2023, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$1.105,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$1.512,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$1.512,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$5.086,6.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro



### 2.2 – Os diretores devem comentar:

#### (a) resultados das operações do emissor, em especial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida da Companhia apresentou um aumento 13,1% na comparação como exercício findo em 31 de dezembro de 2022, alcançando o montante de R\$2.343,9 milhões.

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são compostas preponderantemente pelo recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, no âmbito de seu contrato de concessão.

Em função das características do mercado onde a Companhia atua, suas receitas possuem alto grau de previsibilidade, bem como baixo índice de inadimplência, o que possibilita obter constantes índices de crescimento em suas receitas operacionais, conforme mencionado no item "b" abaixo.

A receita de construção é reflexo do volume de obras definidos pelos nossos contratos e varia, principalmente, pelo estágio de maturação de cada contrato e de acordo com as suas especificidades.

##### (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

As condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia foram positivamente influenciados pela melhoria operacional de nossas operações, aumento no número de economias de água e esgoto, aumento no volume faturado de esgoto, diminuição das perdas e centralização dos processos administrativos.

#### (b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia são oriundas do recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, no âmbito dos contratos de concessão da Companhia. Além disso, no âmbito de suas parcerias público-privadas, a Companhia recebeu repasse das tarifas pagas pelos consumidores finais às empresas públicas das quais a Companhia é parceira. Tanto as tarifas quanto os repasses obedecem a critérios de reajustes anuais, que acompanham a inflação ou refletem a composição dos custos e despesas da Companhia, de acordo com índices de reajuste mais relevantes. Na hipótese de ocorrência de eventos extraordinários, a Companhia possui a prerrogativa de pleitear perante o poder concedente ou parceiro público o reequilíbrio contratual, de modo a restabelecer a rentabilidade originalmente prevista em cada um de seus contratos de concessão e/ou parceria público-privada.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro



**(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

O resultado operacional da Companhia é impactado, quanto aos custos operacionais, principalmente pelo custo de fornecimento de água da CEDAE, pelos custos de energia elétrica, que são os principais insumos utilizados.

É relevante também o custo de mão-de-obra, que por sua vez, é influenciado pelo dissídio negociado para a categoria.

As taxas de câmbio e de juros não tiveram impacto relevante no resultado operacional da Companhia, pois a Companhia não tem receitas ou custos relevantes que sejam influenciados de forma significativa por estes fatores.

O resultado financeiro foi impactado significativamente pelas taxas de juros, pois parcela significativa da estrutura de capital da Companhia é composta por capital de terceiros, sendo a maior parte indexada ao CDI; essa exposição é parcialmente compensada pelo resultado das aplicações financeiras, que são majoritariamente indexadas ao CDI.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases



### 2.3 – Práticas contábeis: os diretores devem comentar:

**(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da companhia.

**(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram emitidos sem ressalvas.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs



**2.4 – Efeitos relevantes: os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional até o período findo de 31 de dezembro de 2023.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária até o período findo de 31 de dezembro de 2023.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não praticamos operações ou eventos não usuais no período findo em 31 de dezembro de 2023.

## 2.5 Medições não contábeis



**2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**Receita Operacional Líquida Ajustada**

A Receita Líquida Ajustada é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a Receita Operacional Líquida excluindo, assim como no cálculo do EBITDA Ajustado, os efeitos relacionados ao ICPC 01, relativo à receita de construção reconhecida quando da realização de obras e melhorias, e ao CPC 47, relativo ao reconhecimento de receita de contrato com clientes.

A Receita Líquida Ajustada não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não deve ser considerada como substituta da receita operacional líquida, não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Receita Operacional Líquida para a Receita Líquida Ajustada da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021
Receita operacional líquida	2.343.954	2.072.156	1.058.152
(+) Receita operacional líquida das operações não consolidadas <sup>1</sup>	157.387	80.306	71.526
(-) Receita de construção (ICPC 01) <sup>2</sup>	-531.545	-516.840	-460.799
(+) Receita de contrato com cliente (CPC 47) <sup>3</sup>	76.456	29.477	20.515
<b>(=) Receita Líquida Ajustada</b>	<b>2.046.252</b>	<b>1.688.756</b>	<b>689.394</b>

(1) Refere-se à adição proporcional à participação da Iguá da receita operacional líquida das operações não consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que esta adição é necessária para a visualização da capacidade de geração de receita do Grupo Econômico incluindo as operações onde possuímos controle compartilhado.

(2) Refere-se à receita de construção aferida conforme ICPC 01 para todas as atividades de construção ou melhoria de infraestrutura à qual a concessionária tem o direito de exploração. Os Diretores da Companhia entendem que é necessário eliminar este ajuste contábil da receita líquida pois não há efeito caixa relacionado à receita de construção, o que pode distorcer a percepção sobre o potencial de geração de receita do Grupo Econômico.

(3) Refere-se à adição de receitas não reconhecidas, uma vez que as receitas devem ser reconhecidas pelo valor que se espera que a Companhia venha a receber em contrapartida dos produtos e serviços entregues. Nesse contexto, convencionou-se que o faturamento de receitas a clientes que não vem pagando há longa data (mais de 360 dias) não deve ter seu reconhecimento de receitas realizado. Gerencialmente, as receitas estão reconhecidas com base nos serviços/produtos entregues, motivo pelo qual efetuamos tal ajuste.

Os Diretores da Companhia entendem que a receita líquida ajustada é uma métrica importante para a análise da receita da Companhia, uma vez que não é afetada por flutuações decorrentes de ajustes contábeis como, por exemplo, a receita de construção, que varia em função da aquisição de intangível e imobilizado e pode sofrer grandes variações a depender do ano e do cronograma de investimentos da Companhia, sendo medidas não contábeis normalmente utilizadas por investidores e analistas de mercado.

Os Diretores da Companhia entendem que essa medida não contábil são informações adicionais às nossas informações contábeis, uma vez que permite, na visão dos Diretores da Companhia, uma compreensão da condição financeira e da evolução do nosso resultado, já que funciona como ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho e para embasar decisões de natureza administrativa.

## 2.5 Medições não contábeis



Esta medida não contábeis não deve ser utilizada em substituição às informações contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

**EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

O EBITDA (Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras nos termos previstos na Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme aditada ("Resolução CVM 156"). O EBITDA consiste no prejuízo do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, e pelos custos e despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao prejuízo do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos), pelos custos e despesas com depreciação e amortização, pela adição dos efeitos relativos à perda de créditos esperadas e pela adição dos efeitos de receita de contrato com cliente.

A Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida ajustada.

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis definidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devem ser considerados como substitutos ou alternativas ao prejuízo do exercício, como indicadores do desempenho operacional, medida de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do prejuízo do exercício para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021
<b>(Em milhares de reais, exceto %)</b>			
Prejuízo do exercício	-381.658	-611.082	-59.347
(+) Resultado financeiro, líquido	969.295	982.463	245.778
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-203.355	-154.824	-142.690
(+) Depreciação e amortização	333.477	280.546	100.015
(+) Resultado de operações descontinuadas	0	1.184	-52.476
<b>(=) EBITDA</b>	<b>717.759</b>	<b>498.287</b>	<b>91.280</b>
(+) Inclusão proporcional das operações não consolidadas	33.571	25.333	21.542
(+) Exclusão ICPC 01 - Contrato de construção <sup>1</sup>	112.029	48.543	38.427
(+) Exclusão CPC 47 e 48 - Receita de contrato com cliente <sup>2</sup> e Instrumentos financeiros <sup>3</sup>	29.270	76.456	-8.330
(+) Exclusão CPC 18 - Equivalência patrimonial <sup>4</sup>	-7.383	-7.057	-7.383
(+) Exclusão CPC 01 - Impairment <sup>4</sup>	-15.859	7.956	197.901
(+) Exclusão CPC 31 - Operação descontinuada <sup>4</sup>	-	-	-59.056
(+) Exclusão CPC 06 - Arrendamento Mercantis	n.a.	n.a.	n.a.
(+) Exclusão CPC 10 - Pagamento baseado em ações	n.a.	n.a.	n.a.
(+) Exclusão CPC 12 - Ajuste a valor presentes	n.a.	n.a.	n.a.
(+) Exclusão ICPC 08 - Dividendos	n.a.	n.a.	n.a.

(1) Exclusão de receitas e custos de construção por não possuírem efeito caixa.

(2) Refere-se à adição do efeito não caixa gerado pelas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa pela perspectiva esperada, a qual contempla a estimativa de perdas inclusive sobre valores a vencer. Gerencialmente, a Companhia se vale do conceito de perdas pela perspectiva incorrida, sendo considerados como perdas prováveis os valores vencidos há



## 2.5 Medições não contábeis



mais de 180 dias, ou seja, para os quais existe um fato ocorrido, que é o atraso acima de 180 dias.

- (2) Refere-se à adição de receitas não reconhecidas, uma vez que as receitas devem ser reconhecidas pelo valor que se espera que a Companhia venha a receber em contrapartida dos produtos e serviços entregues. Nesse contexto, convencionou-se que o faturamento de receitas a clientes que não vem pagando há longa data (mais de 360 dias) não deve ter seu reconhecimento de receitas realizado. Gerencialmente, as receitas estão reconhecidas com base nos serviços/produtos entregues, motivo pelo qual efetuamos tal ajuste.
- (4) Exclusão de efeitos de equivalência patrimonial, impairment e operações descontinuadas por não possuírem efeito caixa.
- (5) O ajuste dos efeitos de arrendamento mercantil, pagamento baseado em ações, ajuste a valor presente e dividendos existia até 2020, sendo descontinuado de 2021 em diante por entendermos que representam um efeito caixa.
- (6) O ajuste dos efeitos não recorrentes de (i) contingência trabalhista referente ao antigo controlador e (ii) gastos pré-operacionais relacionados à operação no Rio de Janeiro são realizados por serem gastos pontuais que não representam o resultado recorrente das operações continuadas do Grupo Igua.
- (7) Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.
- (8) Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

Os Diretores da Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são métricas importantes para a análise do desempenho da Companhia, uma vez que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, bem como por outros itens sem impacto direto no fluxo de caixa da Companhia, sendo medidas não contábeis normalmente utilizadas por investidores e analistas de mercado.

Entendemos que essas medidas não contábeis são informações adicionais às informações contábeis, uma vez que permitem, na visão dos Diretores da Companhia, uma compreensão da condição financeira e da evolução do nosso resultado, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho e para embasar decisões de natureza administrativa.

Além disso, os Diretores da Companhia acreditam que essas medidas não contábeis oferecem aos investidores uma melhor compreensão da capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações e a capacidade de captar novas dívidas para investimentos e capital de giro.

Estas medidas não contábeis não devem ser utilizadas em substituição às informações contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, não são medidas definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs



### **2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.**

O contrato de concessão da controlada SPAT Saneamento S.A. com vencimento original em 1º de fevereiro de 2024 não foi renovado. Os equipamentos utilizados na operação foram transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). A Companhia está aguardando a emissão, pela Sabesp, do Termo de Aceite Definitivo do SPAT, documento que ratifica o encerramento contratual. Foi provisionado o montante de R\$2.000 referente aos gastos com desligamento de pessoal.

## 2.7 Destinação de resultados



**2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

	2023	2022	2021
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	a) 5% (cinco por cento) será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;		
	b) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado; essa reserva deverá ser revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda;		
	c) A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;		
	d) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, aprovação essa que poderá ocorrer na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, não podendo essa retenção ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório; e		
	e) Uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências), e (ii) a reserva de incentivos fiscais (indicada no item (c) acima), poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro nos termos do Artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e/ou financiar o capital de giro da Companhia e/ou de suas empresas controladas ou coligadas, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.		
<b>Valores das retenções de lucros</b>	No exercício social encerrado em 31/12/2023 foi apurado prejuízo, não havendo destinação de resultados.	No exercício social encerrado em 31/12/2022 foi apurado prejuízo, não havendo destinação de resultados.	No exercício social encerrado em 31/12/2021 foi apurado prejuízo, não havendo destinação de resultados.

## 2.7 Destinação de resultados



Percentuais em relação aos lucros totais declarados	100%	100%	100%
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	Conforme nosso Estatuto Social, os nossos acionistas terão direito de receber dividendo anual mínimo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e serão revertidos em nosso favor.		
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Em regra, a distribuição de dividendos será anual, podendo a nossa Companhia, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e do §3º do Artigo 30 do nosso Estatuto Social, vigente à época, por deliberação do Conselho de Administração, (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores e declarar dividendos ou juros sobre capital.		
<b>d. Restrições à distribuição de dividendos</b>	Não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Entretanto, nossas controladas, Igua Rio de Janeiro, Agreste Saneamento e Águas Cuiabá possuem restrições à distribuição de dividendos, em função de contratos celebrados com instituições financeiras.		
<b>e. Política de destinação de resultados</b>	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs



**2.8 – Itens não evidenciados: os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados



**2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## 2.10 Planos de negócios



## 2.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

### (a) Investimentos

#### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Ilustrando a capacidade e o comprometimento da Companhia com suas metas contratuais, os investimentos em intangível, excluindo as baixas do período, registraram um aumento significativo no período findo em 31 de dezembro de 2023, chegando a R\$546,6 milhões.

Os investimentos previstos ou em andamento são baseados nas metas estabelecidas em contratos de concessão e PPPs das operações da Companhia, suas controladas e controle compartilhado.

Entendemos que obras e melhorias para o saneamento básico são o caminho para proporcionar à população mais saúde, qualidade de vida e sustentabilidade.

A seguir o detalhamento dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 (em milhares de R\$)

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Água	163.552	131.071	27.071
Esgoto	250.416	183.478	34.962
Obras em Andamento (Água e Esgoto)	-	165.869	402.465
Outros investimentos	132.611	32.675	3.463
<b>Total</b>	<b>546.579</b>	<b>513.093</b>	<b>468.484</b>

Destacam-se como principais investimentos no período:

#### SÃO PAULO

##### Águas de Andradina

- 2,3 Km de novas redes de distribuição de água, 404 novas ligações e 404 economias de água.
- 1,7 Km de novas redes coletoras de esgoto, 450 novas ligações e 456 economias de esgoto.
- Execução de infraestrutura nas estações de tratamento e elevatórias de esgoto, reforma na ERAT Jardim das Águas, e melhorias eletromecânicas.

##### Águas de Castilho

- 152 m de novas redes de distribuição de água, 79 novas ligações e economias de água.
- 130 m de novas redes coletoras de esgoto, 62 novas ligações e economias de esgoto.
- Instalação de filtro no reservatório, reforma da sede operacional, melhorias das instalações operacionais e aquisição de equipamentos.

##### Águas Piquete

- 445 m de novas redes de distribuição de água, 42 novas ligações e economias de água.
- Seis novas ligações e economias de esgoto.
- Finalizado o projeto de modelagem hidráulica do Sistema de Reaproveitamento de Água de Lavagem – SRAL e o Projeto Executivo do Tratamento de Lodo gerado da ETA Tabuleta.

##### Atibaia Saneamento

- 430 m de novas redes coletoras de esgoto.
- Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Estoril, construção de duas novas estações elevatórias de esgoto, desativação da Estação de Tratamento de Esgoto Cerejeiras, ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Caetetuba.

##### ESAP

- 168 m de novas redes de distribuição de água, 115 novas ligações e economias de água.
- 316 m de novas redes coletoras de esgoto, 17 novas ligações e economias de esgoto.
- Implantação da ETE Boturuna, perfuração do novo poço, adequações e melhorias no sistema Geral Duplo Céu, obras para substituição do coletor tronco Piau, aumentando a capacidade de coleta do efluente de esgoto gerado.

##### SPAT Saneamento

- Melhorias na Estação de Tratamento de Água Taiapuê e no fechamento da Célula de Lodo 3.

##### Sanessol

- 1,6 km de novas redes de distribuição de água, 771 novas ligações e economias de água.
- 479 m de novas redes coletoras de esgoto, 787 novas ligações e 796 economias de esgoto.
- Adequações e melhorias nos reservatórios, nas estações de tratamento e elevatórias de esgoto.



## 2.10 Planos de negócios



## MATO GROSSO

## Águas Alta Floresta

- ▶ 761 m de novas redes de distribuição de água, 552 novas ligações e economias de água.
- ▶ 65 novas ligações e 68 economias de esgoto.
- ▶ **Elaboração** de projetos básicos e executivos de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), revitalização dos reservatórios, implantação do sistema de by-pass para ETA, melhoria das Estações Elevatórias de Esgoto.

## Águas Colíder

- ▶ 54 km de novas redes de distribuição de água, 139 novas ligações e economias de água.
- ▶ 90 m de novas redes coletoras de esgoto, 33 novas ligações e economias de esgoto.
- ▶ **Dragagem** do Rio Carapá e no alteamento das áreas vazantes, adequações elétricas nas instalações do reservatório, melhorias no sistema de esgotamento sanitário.

## Águas Canarana

- ▶ 380 m de novas redes de distribuição de água, 492 novas ligações e economias de água
- ▶ **Elaboração** de projetos básicos e executivos de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), instalações elétricas e automação da EEAT do reservatório Goiás.

## Águas Comodoro

- ▶ 576 m de novas redes de distribuição de água, 158 novas ligações e economias de água.
- ▶ **Projetos** de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), melhorias da estação de tratamento de água, implantação da pressurizadora de água tratada (Booster).

## Águas Pontes e Lacerda

- ▶ 438 m de novas redes de distribuição de água, 620 novas ligações e economias de água.
- ▶ 225 m de novas redes coletoras de esgoto, 391 novas ligações e economias de esgoto.
- ▶ **Elaboração** de projetos básicos e executivos de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), revitalização dos reservatórios e da estação elevatória de esgoto, recuperação dos taludes das lagoas e readequação do sistema preliminar de esgoto.

## Águas Cuiabá

- ▶ 2,8 km de novas redes de distribuição de água, 3.487 novas ligações e 6.938 novas economias de água.
- ▶ 43,4 km de novas redes coletoras de esgoto, 3.334 novas ligações e 10.639 novas economias de esgoto.
- ▶ **Projeto** de consultoria de setorização do sistema de abastecimento de água central para redução de perdas, melhorias na captação do Sistema Central e na estação de tratamento de Água Sul, plano de pavimentação, obras da região do índice de incremento de tratamento de esgoto (IITE) e obras da Bacia 08 do Sistema Ribeirão do Lipa, implantação de nova elevatória de esgoto, EEE do Paiaguás de 25 l/s, implantação de duas novas unidades operacionais, sendo: a EEE Planalto de 90 l/s e a EEE Nilce de 30 l/s, e conclusão das obras do Sistema do Ribeirão do Lipa que atende a ETA (400l/s) e a ETE (260l/s).

## PARANÁ

## Paranaguá Saneamento

- ▶ 4,3 km de novas redes de distribuição de água, 1.596 novas ligações e 1.619 novas economias de água.
- ▶ 16,4 km de novas redes coletoras de esgoto, 3.841 novas ligações e 4.060 novas economias de esgoto.
- ▶ **Ampliação** do sistema Emboguaçu, aumento da vazão em 85 l/s, totalizando 165 l/s nessa primeira etapa, obras do sistema Emboguaçu, recuperação estrutural da Estação de Tratamento de Água Colônia, obras de infraestrutura e melhorias operacionais, obras de ampliação de rede coletora, execução de linha de recalque.

## ALAGOAS

## Agreste Saneamento

- ▶ **Intervenções** civis e reforma dos filtros da ETA Arapiraca, recuperação da estrada da fazenda Santa Fé, revitalização do sistema lamelar dos decantadores da ETA 01 e ETA 02 do Morro do Gaia, aquisição de 9.874 hidrômetros, auxiliando na eficácia da medição volumétrica de água consumida.

## SANTA CATARINA

## Itapoá Saneamento

- ▶ 8,9 km de novas redes de distribuição de água, 1.275 novas ligações e 1.410 novas economias de água.
- ▶ **Implantação** da 1ª Fase da ETE Itapoá, adequações e substituição dos macromedidores da Estação de Tratamento de Água Maria Catarinense.

## Tubarão Saneamento

- ▶ 1,7 km de novas redes de distribuição de água, 901 novas ligações e 942 novas economias de água.
- ▶ 3,1 km de novas redes coletoras de esgoto, 223 novas ligações e 266 novas economias de esgoto.
- ▶ **Obras** de execução da rede coletora de esgoto DN 150 e 600mm, na Bacia 10.

## RIO DE JANEIRO

## Iguá Rio

## Rio de Janeiro (município)

- ▶ 26,6 km de novas redes de distribuição de água, 4.342 novas ligações e 9.013 novas economias de água.
- ▶ 10,3 km de novas redes coletoras de esgoto, 455 novas ligações e 4.984 novas economias de esgoto.
- ▶ **Revitalização** das Estações Elevatórias de Água, controle e redução de perdas, implantação do sistema de automação de água, projeto de melhorias na Parada do Guandu, revitalização dos reservatórios e das estações elevatórias de esgoto, obras de manutenção no emissário submarino de esgoto, desenvolvimento do sistema de coletores de tempo seco e sua interligação ao sistema de esgotamento sanitário, obras do complexo Lagunar da Barra da Tijuca, melhorias do sistema de esgotamento sanitário, reabilitação da rede coletora de esgoto DNT200, melhorias das instalações operacionais e aquisição de equipamentos, investimento em áreas irregulares.

## Paty do Alferes

- ▶ 4,9 km de novas redes de distribuição de água, 297 novas ligações e 302 novas economias de água.
- ▶ 7 km de novas redes coletoras de esgoto, 58 novas ligações e 62 novas economias de esgoto.
- ▶ **Revitalização** das Estações de Tratamento de Água no município de Paty do Alferes, implantação de sistema de automação e melhorias no sistema de esgotamento sanitário.

## Miguel Pereira

- ▶ 26,6 km de novas redes de distribuição de água, 250 novas ligações e 284 novas economias de água.
- ▶ 10,3 km de novas redes coletoras de esgoto, 57 novas ligações e 63 novas economias de esgoto.
- ▶ **Revitalização** das Estações de Tratamento de Água, controle e redução de perdas, implantação de sistema de automação, implantação de melhorias no sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

## 2.10 Planos de negócios



A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital nos 3 (três) últimos exercícios sociais, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não haviam divulgado qualquer aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

**(c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outras informações que a Companhia entenda relevantes que não tenham sido fornecidas nos itens anteriores.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

#### 5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos que é formalizada e publicada internamente, cuja revisão foi aprovada pela Diretoria Executiva, CEO, Comitê de Auditoria e, posteriormente pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2024.

O documento tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos corporativos e operacionais inerentes às atividades de negócio da Igua Saneamento S.A e suas controladas.

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos de mercado, tal como a Política de Aplicações Financeiras, aprovada em 25/05/2022.

Nossas políticas podem ser consultadas em nosso website de relações com investidores: [ri.igua.com.br](http://ri.igua.com.br).

**(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer diretrizes e competências para a gestão de riscos, de forma que possibilite a identificação, a avaliação, a priorização, o tratamento, a comunicação e o monitoramento dos riscos do negócio. A política visa, ainda, divulgar e estimular a cultura de risco na Companhia.

O processo de gestão de riscos estabelecidos na política permite que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da companhia, tenham acesso tempestivo a informações suficientes relacionadas aos riscos aos quais estão expostos, de forma a suportar decisões e definição de estratégias que aumentem a probabilidade de alcance dos objetivos e minimizem riscos a níveis aceitáveis.

A Política de Gestão de Riscos trabalha com duas visões distintas e complementares sobre a gestão de riscos: Corporativa e Transacional.

A visão Corporativa gerencia riscos que afetam a companhia como um todo e estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos da Organização e a continuidade do negócio.

Já a visão Transacional (camada operacional) busca gerenciar riscos relacionados aos processos, sistemas, contratos e unidades de negócios da Companhia, considerando o impacto específico em cada área. Este tipo de risco detalha e complementa os riscos corporativos estando a eles associados como fatores de risco.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Por fim, a estratégia prevista na Política de Gestão de Riscos e no Procedimento de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da companhia também busca trazer orientações para os trabalhos rotineiramente executados pelas áreas de Auditoria Interna e Compliance da Companhia.

### (i) os riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção para os riscos inerentes às nossas atividades e que possam ter impacto no alcance de nossos objetivos. Nossa abordagem é integrar o gerenciamento de Riscos no dia a dia na conduta dos nossos negócios por meio de um processo estruturado.

Considerando a atuação do nosso negócio e nossas operações, entendemos que os riscos e os mecanismos de mitigação e controle podem variar e incluem, mas não se limitam, aos aspectos listados abaixo, agrupados em Estratégico, Socioambiental, Financeiro, Operacional, Regulatório e Tecnológico e Imagem/Reputação, conforme definições:

- **Estratégico:** São os riscos associados à tomada de decisão da Administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na receita ou no capital da Companhia em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas e mudanças em seu ambiente de negócio. Potencial Impacto decorrente de decisões, investimentos devidos e falta de capacidade de resposta às mudanças no ambiente.
- **Socioambiental:** Riscos de perdas no resultado e balanço da empresa, causadas por danos diretos ou indiretos ao meio ambiente. Potencial impacto decorrente de ocorrência de um evento associado à gestão inadequada de questões ambientais.
- **Financeiro:** Risco de perda de recursos financeiros pela Companhia, relacionados às exposições cambiais, taxas de juros e flutuações de preços (ex.: falta de processos adequados de aprovação, falta de reconciliação de transações, operações em moeda estrangeira, preços de commodities, redução da margem de contribuição, acessos indevidos a transações de sistemas etc.). Potencial impacto decorrente principalmente de divulgações financeiras não confiáveis ou enganosas.
- **Operacionais:** Riscos de perdas resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos ou de sistemas, o que inclui ainda os riscos ambientais, sociais ou relacionados a fraudes. Estão relacionados a infraestrutura da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos. Potencial impacto decorrente de problemas operacionais, como falhas nos controles internos.
- **Regulatório:** Riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável a área de atuação, bem como de leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal). Potencial impacto decorrente do descumprimento de leis ou regulamentos ou processos movidos por clientes ou contrapartes.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



- **Tecnológico:** Riscos que consistem na perda, uso indevido, acesso ou divulgação não autorizada de informações ou dados pessoais de partes interessadas, internas ou externas, podendo ameaçar os negócios ou prejudicar a imagem da Companhia.
- **Imagem e Reputação:** Riscos de perda de imagem e reputação da Companhia, como cobertura negativa da mídia, perda de participação de mercado, causando danos a empresa ou podendo parar as operações. Exposição grave ou penalidades severas para os gestores / colaboradores, ocasionando danos irreparáveis a imagem da empresa.

### (ii) os instrumentos utilizados para proteção

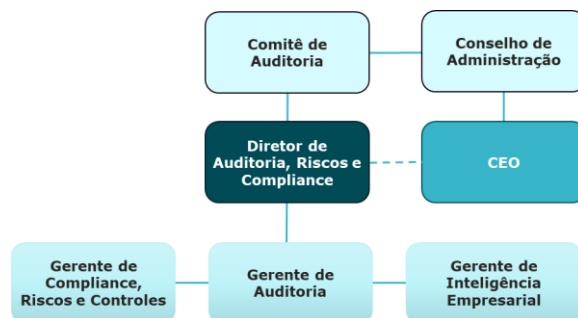
A abordagem metodológica de gestão de riscos da Iguá baseia-se no COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e nas diretrizes definidas na ISO 31000 para a Gestão do Risco, observando também os conceitos estabelecidos no Modelo de Três Linhas, desenvolvido pelo IIA (The Institute of Internal Auditors).

Buscamos mitigar nossos riscos por meio de um processo estruturado no que compete: (i) à identificação dos riscos; (ii) à análise dos riscos; (iii) à avaliação dos riscos; (iv) ao tratamento dos riscos; e (v) ao monitoramento dos riscos.

Por sua vez, a metodologia do ambiente de controles internos implementado na Iguá, tema associado à gestão de riscos, tem como base as melhores práticas de mercado e utilizando-se de modelos amplamente reconhecidos como padrão de excelência, como: COSO, COBIT e NIST.

### (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Iguá possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos que envolve, as estruturas de governança, a liderança executiva, a Diretoria de Auditoria, Compliance, Riscos e Controles Internos, as áreas de negócios (donos de riscos), responsáveis pela implantação, manutenção e execução dos controles internos.



A estrutura de gerenciamento de riscos envolve as seguintes atribuições e responsabilidades internas, a saber:

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



**Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é responsável, entre outras coisas, por: (i) Aprovar a Política de Gestão de Riscos da companhia; (ii) Provar as diretrizes para o estabelecimento da estrutura, governança e processo de gestão de riscos; (iii) Deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das estratégias; (iv) Avaliar periodicamente os riscos reportados e acompanhar as ações de gestão de riscos; (v) Garantir que os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estejam estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos corporativos.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é responsável, entre outras coisas, por: (i) Validar as diretrizes para a estrutura, governança e o processo de Gestão de Riscos e Controles Internos; (ii) Propor o apetite a risco da Cia ao Conselho de Administração; (iii) Recomendar ao Conselho de Administração as edições da Política de Gestão de Riscos; (iv) Supervisionar os controles internos e gerenciamento de riscos; (v) Compreender, avaliar e acompanhar a matriz de riscos; (vi) Efetuar o reporte ao Conselho de Administração sobre os níveis de risco (altos e significativos); (vii) Recomendar o aperfeiçoamento da estrutura de Governança de Gestão de Riscos (metodologia, processos, sistemas).

**Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance:** A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance é responsável, entre outras coisas, por: (i) Propor diretrizes e estratégias para a gestão de riscos e controles internos; (ii) Revisar o planejamento de trabalho para a gestão de riscos; (iii) Avaliar a matriz de riscos e o tratamento dos riscos; (iv) Avaliar o andamento das ações para a mitigação dos riscos (planos de ação); (v) Acompanhar e garantir o reporte das mudanças na avaliação de criticidade dos riscos para o Comitê de Auditoria; (vi) Comunicar à Gerência de Compliance e Controles Internos a existência de riscos ainda não mapeados e tratados ou mudança significativa na probabilidade, no impacto ou qualquer outra característica do risco; (vii) Garantir que a matriz de riscos seja atualizada junto aos Executivos da Empresa sempre que houver atualizações no planejamento estratégico da Cia ou sempre que fatos relevantes ocorrerem; (viii) Monitorar e, quando necessário, solicitar a atualização do apetite ao risco.

**Área de Gestão de Riscos e Controles Internos:** A área de Riscos e Controles tem como responsabilidade, entre outras coisas, por: (i) Garantir o bom funcionamento do ambiente de controles internos e melhorar o desempenho das linhas de negócio; (ii) Identificar ameaças e oportunidades de melhorias por meio da avaliação de riscos; (iii) Apoiar o negócio e avaliar os riscos com total imparcialidade e objetividade; (iv) Acompanhar a evolução das práticas e das deficiências de controles internos reportando ao Comitê de Auditoria status periódico; (v) Manter



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



e coordenar a atualização da matriz de riscos; (vi) Monitorar as exposições de riscos da Cia, a adequação dos planos de resposta e a eficácia dos controles internos; (vii) Definir um plano de trabalho de controles internos baseado nos processos diretamente associados aos riscos corporativos.

**Donos dos Riscos (áreas):** Os Donos de riscos são responsáveis, entre outras coisas, por: (i) Efetuar revisão técnica do risco, do fator deste risco, das respostas e da avaliação do risco e elaborar plano de ação; (ii) Coordenar a implantação das ações necessárias, inclusive com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de resposta para a mitigação dos riscos; (iii) Desenvolver indicadores para monitorar os resultados ao risco sob gestão; (iv) Efetuar reportes periódicos a área de Gestão de Riscos sobre o desenvolvimento de ações para a mitigação dos riscos; (v) Realizar a avaliação do risco em relação à sua probabilidade e ao seu impacto; (vi) Comunicar à área de Compliance e Controles Internos eventuais mudanças significativas na probabilidade e no impacto ou qualquer outra característica do risco; (vii) Comunicar à área de Compliance e Controles Internos quaisquer mudanças nos controles, iniciativas e planos de ação estabelecidos para mitigação do riscos.

### **(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Entendemos que nossa estrutura operacional atual, para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos, é adequada e permite monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados ao nosso negócio e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras.

Os riscos mapeados pela companhia são revisados bianualmente pela área de gestão de riscos em conjunto com os donos dos riscos. Já as medidas mitigatórias dos riscos são monitoradas pela área de controles internos, em período compatível com a intensidade do risco.

O Comitê de Auditoria, órgão ligado ao Conselho de Administração, é o ente responsável por supervisionar, através do reporte periódico do Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance, a efetividade da nossa Política de Gestão de Riscos e a sistemática de gerenciamento de controles internos da companhia.

## 5.2 Descrição dos controles internos



### 5.2. Controles Internos

**(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Iguá busca constantemente a coerência e o equilíbrio com o compromisso, integridade, transparência, governança e sustentabilidade respeitando os padrões sociais e éticos na condução de seus negócios.

Implementamos e mantemos práticas e atividades de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maiores segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

De forma a garantir as principais práticas de controles internos, a Iguá possui um Programa de Conformidade que visa prevenir e/ou identificar condutas que não estejam em conformidade com as regras (legislação, regulamentos, normas e procedimentos, externos ou internos), identificando riscos e/ou causas e agindo preventiva e/ou corretivamente, promovendo, também, uma cultura que encoraje o cumprimento das regras estabelecidas e de uma conduta ética, orientado pelo princípio de que fazer o certo é o melhor.

O Sistema de Controle Interno da Companhia tem por finalidade proporcionar segurança razoável à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade, em consonância com a metodologia do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). A Companhia adota o modelo das Três Linhas, de acordo com a Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos – IIA Global.

Os processos e atividades de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste resumidamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca de retorno e geração de valor.

Vale destacar que as atividades de controles internos implementadas na companhia para mitigar os riscos estão associadas às melhores práticas internacionais no tema, e por isso realizamos periodicamente Walkthroughs, testes de execução periódica de controles internos observando os critérios de IPE - Informações Produzidas pela Entidade e MRC - Controles de Revisão Gerencial, através de CSA – Control Self Assessment ou testes de controles puros.

Ainda em relação às práticas de controles internos, a companhia possui uma área de Auditoria Interna que tem suas atribuições definidas pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos – IIA. Seu principal objetivo é apoiar a cia no alcance de seus objetivos, utilizando uma abordagem sistemática e disciplinada por meio da avaliação da eficácia dos processos, controles internos e governança corporativa.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de governança, a área de Controles Internos, Compliance, Auditoria e o Comitê de Auditoria realizam,

## 5.2 Descrição dos controles internos



anualmente, a autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

### **(b) as estruturas organizacionais envolvidas**

A Iguá possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos que envolve, as estruturas de governança, a liderança executiva, e a Diretoria de Auditoria, Riscos e Controles Internos, as áreas de negócios (donos de riscos), responsáveis pela implantação, manutenção e execução dos controles internos. Ver Item 5.1 (B).

### **(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme informado na Seção 5.1 (B), a área de Controles Internos e o Comitê de Auditoria, são responsáveis por realizar, no mínimo anualmente, a autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, gerenciadas pelo Diretor de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance.

De forma a avaliar a eficácia dos controles internos, a área de Auditoria Interna que, através de metodologia baseada em riscos, define escopo significativo e suficiente para avaliar os processos e controles da companhia. O Plano Anual de Auditoria é definido considerando a Matriz de Risco, o Planejamento Estratégico da Companhia e as expectativas da Alta Administração, e as vulnerabilidades de controle identificadas são acompanhadas periodicamente através das ações corretivas.

O grau de eficiência dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna é supervisionado pelo Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance e reportado ao Comitê de Auditoria.

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

Os auditores independentes apresentaram as seguintes deficiências significativas e recomendações sobre os controles internos:

1. **Deficiência:** Contabilização e mensuração de contratos de dívida e sua respectiva classificação entre instrumentos financeiros e instrumentos de patrimônio.  
**Recomendação:** Recomendamos o aprimoramento dos controles internos relacionados aos instrumentos de dívida e de patrimônio sob uma perspectiva dos potenciais impactos

## 5.2 Descrição dos controles internos



contábeis, principalmente no momento do reconhecimento contábil inicial dos saldos, para reduzir o risco relacionado à contabilização e divulgação dos saldos e transações em desacordo com as normas contábeis vigentes aplicáveis.

2. **Deficiência:** Ausência de alçadas de aprovação de lançamentos manuais.  
**Recomendação:** Recomendamos que a Administração da Companhia aprimore o seu processo de revisão e aprovação de lançamentos manuais, definindo e formalizando as alçadas apropriadas de revisão e aprovação de acordo com critérios quantitativos e qualitativos relacionados a lançamentos de tal natureza.
3. **Deficiência:** Contabilização e mensuração de contratos de PPPs como ativo financeiro com utilização de TIR móvel  
**Recomendação:** Recomendamos à Companhia o aprimoramento dos controles internos de mensuração e contabilização dos saldos contábeis, para que os registros sejam realizados em conformidade com as normas contábeis vigentes aplicáveis.
4. **Deficiência:** Classificação incorreta de instrumentos financeiros de aplicações financeiras que não possuem característica de equivalentes de caixa.  
**Recomendação:** Recomendamos à Companhia o aprimoramento dos controles internos de conferência e acompanhamento dos títulos e aplicações financeiras, principalmente no momento do reconhecimento contábil inicial dos saldos, para que os registros contábeis sejam realizados em conformidade com as normas contábeis vigentes aplicáveis.
5. **Deficiência:** Falta de integração e conciliação de contratos e potenciais impactos contábeis entre as áreas contábil, regulatória e financeira.  
**Recomendação:** Recomendamos à Companhia o aprimoramento dos controles internos de acompanhamento dos covenants financeiros e não financeiros e de melhor integração entre as áreas contábil e regulatória, como o objetivo de identificar tempestivamente potenciais riscos de descumprimento de cláusulas restritivas e de mudanças em contratos de concessão.

### (e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas

Os auditores independentes apresentaram as seguintes deficiências significativas sobre os controles internos, devidamente avaliadas pela administração da companhia:

1. **Deficiência:** Contabilização e mensuração de contratos de dívida e sua respectiva classificação entre instrumentos financeiros e instrumentos de patrimônio  
**Comentário da Administração:** A Companhia está trabalhando no aprimoramento dos controles internos.
2. **Deficiência:** Ausência de alçadas de aprovação de lançamentos manuais.

## 5.2 Descrição dos controles internos



**Comentário da Administração:** Reforçamos que na Companhia os lançamentos manuais no SAP possuem estrutura de um “aprovador” e trabalharemos na construção de níveis de aprovadores de modo que tenhamos uma estrutura de alçada fora SAP, conforme faixa de valores, para inclusão como evidência de aprovação no sistema SAP.

3. **Deficiência:** Contabilização e mensuração de contratos de PPPs como ativo financeiro com utilização de TIR móvel

**Comentário da Administração:** A Companhia fez o estudo e documentou a metodologia a ser aplicada no cálculo do ativo financeiro com apoio de consultor externo expert no tema. A aplicação da nova metodologia efetuada no curso das revisões do 2º trimestre de 2023 resultou em reapresentações de períodos anteriores, o que já foi concluído.

4. **Deficiência:** Classificação incorreta de instrumentos financeiros de aplicações financeiras que não possuem característica de equivalentes de caixa.

**Comentário da Administração:** Companhia realizou os ajustes tempestivamente no curso das divulgações.

5. **Deficiência:** Falta de integração e conciliação de contratos e potenciais impactos contábeis entre as áreas contábil, regulatória e financeira.

**Comentário da Administração:** A Companhia está trabalhando no aprimoramento dos controles internos.

### 5.3 Programa de integridade



**5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Possuímos políticas e procedimentos internos de integridade destinados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos praticados pela empresa contra a Administração Pública, que incluem normativos internos de prevenção, como: (i) Código de Ética e Conduta; (ii) Política Auditoria Interna; (iii) Política de Conflito de Interesses; (iv) Política de Relacionamento com Terceiros; (v) Política de Gerenciamento do Canal de Denúncias; (vi) Política de Compliance; (vii) Política de Relacionamento com o Poder Público; (viii) Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades; (ix) Política de Gerenciamento de Crises; (x) Política Antitruste; (xi) Política de Gestão de Riscos; (xii) Política Anticorrupção e Antissuborno; (xiii) Regulamento da Auditoria Interna; (xiv) Política de Doações e Patrocínios; (xv) Política de Medidas Disciplinares; (xvi) Política de Fusões, Aquisições e Outras Operações Societárias.

Tais políticas são periodicamente revisadas para garantir a adequação às normas aplicáveis e aderência às melhores práticas de mercado.

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

O Programa de Compliance e Integridade é uma peça fundamental para a estrutura e desenvolvimento da Iguá e faz parte da cultura e DNA da companhia, além de representar o posicionamento da organização quanto à aderência às leis e regulamentações e diretrizes internas no que tange questões relacionadas à corrupção, suborno, fraude etc., a fim de promover, fortalecer e disseminar uma cultura ética em todos os níveis hierárquicos da companhia, incluindo conselheiros e membros dos comitês, parceiros de negócios, fornecedores e clientes.

O Programa visa prevenir e/ou identificar condutas que não estejam em conformidade com as regras (legislação, regulamentos, normas e procedimentos, externos ou internos), identificando riscos e/ou causas e agindo preventiva e/ou corretivamente, promovendo, também, uma cultura que encoraje o cumprimento das regras estabelecidas e de uma conduta ética, orientado pelo princípio de que fazer o certo é o melhor.

O Programa de Compliance da Iguá foi estruturado para ser eficaz e abranger os principais pontos requisitados por leis e normas de auditoria, ou seja, para abranger e cumprir as principais leis nacionais e internacionais no tema, como a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2.013), ao seu Decreto regulamentador (Decreto nº 11.129/2022), Lei de Licitações (8666/1993 e 14.133/2021), Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.492/1992), do Código Penal (Decreto-Lei de nº 2.848/1.940), FCPA (Foreign Corrupt Practices Act), UKBA (UK Bribery Act), CFPOA (The Corruption of Foreign

### 5.3 Programa de integridade



Public Officials Act), Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), leis estaduais e normas ABNT NBR ISO 37001 e 37301 (Sistema de Gestão Antissuborno e Compliance).

Como premissa do Programa de Compliance, as políticas, procedimentos e práticas de integridade adotados por nós são reavaliados e ajustados periodicamente sempre que ocorrem mudanças significativas na nossa estrutura, processos, sistemas ou modelo de negócios, ou na regulamentação aplicável. Possuímos forte processo de retroalimentação das nossas práticas de integridade, razão pela qual os estímulos internos e externos geram efetivas mudanças de melhoria na gestão de integridade da companhia.

A Iguá possui área de Compliance que é responsável pelo Programa de Compliance, reportando-se ao Comitê de Auditoria através do seu Diretor de Compliance. De forma acessória, a área de riscos auxilia a área de compliance na gestão dos riscos de integridade da companhia, que são reavaliados bianualmente ou em caso de necessidades pontuais.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Iguá Saneamento S.A. possui uma estrutura integrada de compliance, aplicável a todos os níveis e a todas as empresas que compõem o Grupo Iguá, que envolve as seguintes atribuições e responsabilidades internas, a saber:

**Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é responsável, entre outras coisas, por: (i) Cumprir e fazer cumprir a aplicação das diretrizes descritas nesta Política pela Diretoria Executiva do Grupo Iguá; (ii) Assegurar que a estratégia da Iguá e as Políticas de Compliance estão alinhadas; (iii) Aprovar as Políticas de Compliance e propor as alterações, a fim de mantê-la atualizada.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é responsável, entre outras coisas, por: (i) Assegurar que a estratégia da Iguá e as Políticas de Compliance estão alinhadas; (ii) Aprovar as Políticas de Compliance e propor ao Conselho de Administração as alterações, a fim de mantê-la atualizadas; (iii) Receber e analisar criticamente, a intervalos planejados, informações sobre o conteúdo e a operação do Sistema de Gestão de Compliance e Antissuborno e do Programa de Compliance da Iguá.

**Presidente e Diretores:** O Presidente e Diretores são responsáveis, entre outras coisas, por: (i) Zelar e responder pelo acompanhamento e supervisão dos mecanismos de integridade em atendimento à regulamentação vigente, adotando as medidas cabíveis para as não conformidades; (ii) Alocar recursos adequados e apropriados para estabelecer, desenvolver, implementar, avaliar, manter e melhorar o Sistema de Gestão de Compliance e Antissuborno e o Programa de Compliance; (iii) Assegurar o alinhamento entre as metas operacionais e estratégicas e as obrigações de compliance; (iv) Promover uma cultura de compliance e antissuborno apropriada dentro da Iguá; (v) Comunicar interna e externamente sobre a política



### 5.3 Programa de integridade



de compliance e antissuborno; (vi) Reportar para o Órgão Diretivo, a intervalos planejados, sobre o conteúdo e operação do sistema de gestão antissuborno e compliance, do Programa de Compliance e de alegações de Subornos e não conformidades de compliance sistemáticas ou graves.

**Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance (Função de Compliance e Antissuborno):** O Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance é responsável, entre outras coisas, por: (i) Supervisionar a concepção e a implementação pela Iguá do Sistema de Gestão de Compliance e Antissuborno e do Programa de Compliance; (ii) Assegurar que as obrigações de Compliance estejam integradas com as políticas, os processos e os procedimentos de integridade da companhia; (iii) Reportar o desempenho do sistema de gestão antissuborno ao Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e à Diretoria Executiva; (iv) Prover aconselhamento e orientação para o pessoal sobre o sistema de gestão antissuborno e as questões relativas ao Suborno;

**Área de Compliance:** A área de Compliance é responsável, entre outras coisas, por: (i) Gerenciar a estrutura de Compliance e assegurar o cumprimento desta Política; (ii) Desenvolver capacitação a todos os dirigentes, Colaboradores e prestadores de serviços, a fim de disseminar e manter a cultura de conformidade; (iii) Elaborar e desenvolver plano de comunicação visando atingir a todos os dirigentes e Colaboradores, a fim de comunicar, treinar, qualificar e sensibilizar; (iv) Elaborar relatório periódico contendo o sumário dos resultados das atividades relacionadas à Função de Compliance, suas principais conclusões e recomendações; (v) Proteger a reputação do Grupo Iguá e suas empresas controladas e/ou coligadas, mantendo a confiança de stakeholders, associados e/ou parceiros, clientes, Colaboradores e da sociedade, em geral; (vi) Assegurar pleno acesso a qualquer informação, provocando ou acompanhando investigações quando considerar necessário; (vii) Apurar as denúncias recebidas de descumprimento desta Política e apresentar os resultados das apurações ao Comitê de Auditoria; (viii) Esclarecer todas as dúvidas em relação à interpretação desta Política ou acerca de situação relacionada ao tema.

**Colaboradores:** Os Colaboradores são responsáveis, entre outras coisas, por: (i) Agir conforme os padrões estabelecidos no Programa de Compliance e no Sistema de Gestão de Compliance e Antissuborno, relatando violações ou suspeitas de violações às leis e regulamentos, ao Código de Conduta e às demais políticas e normativos internos; (ii) Monitorar e colaborar no mapeamento de potenciais Riscos para a Iguá; (iii) Participar das atividades de treinamento sempre que solicitado pela Iguá.

A área de Compliance é o responsável funcional direto pelo Programa de Compliance e Integridade, sendo supervisionada e prestando constas da sua atuação para o Diretor de Riscos, Compliance e Auditoria da Iguá, o qual tem acesso direto ao órgão diretivo, independência à sua função, bem como autoridade apropriada. O Diretor de Riscos, Compliance e Auditoria possui acesso direto e incondicional ao Comitê de Auditoria, em que o reporte das atividades do Programa de Compliance são direcionadas prioritariamente para o órgão, e funcionalmente para o Presidente da Iguá.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**



### 5.3 Programa de integridade



- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Grupo Iguá possui um Código de Conduta, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020. O Código de Conduta será revisado sempre que for necessário, conforme avaliado pela nossa administração, sendo que qualquer modificação no documento deverá ser aprovada formalmente pelo Conselho de Administração.

Os princípios e diretrizes do Código são difundidos entre todos os conselheiros, diretores e colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários ou temporários independente do seu cargo ou posição), prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

Conforme previsto na Política de Medida Disciplinares da companhia, a prática de infrações às regras de conduta prevista no documento pode levar a aplicação de medidas disciplinares, tais como: advertências verbais ou escritas, suspensões ou demissões com ou sem justa causa, além de consequências legais cabíveis no caso.

O Código de Conduta pode ser consultado em nosso website de relações com investidores: [ri.igua.com.br](http://ri.igua.com.br).

- (b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**
  - (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
  - (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
  - (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
  - (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações são realizadas por equipe independente e habilitada, sob a liderança da Diretoria de Compliance, Riscos e Auditoria.

O Grupo Iguá possui um canal de denúncia e incentiva seus Colaboradores e Terceiros a reportar quaisquer condutas contrárias às boas práticas, disponibilizando dois canais de atendimento, quais sejam:

### 5.3 Programa de integridade



- Atendimento telefônico: 0800 721 0784.
- Internet: <https://canaldedenuncia.com.br/igua/>

O Canal de Denúncias permite a realização de relatos de forma anônima e tem sua gestão independente centralizada em uma empresa externa, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela alta administração da Iguá, sem conflitos de interesses.

O Canal de Denúncias é eivado de garantias, como a anonimidade do relato, a não-retaliação do denunciante e a confidencialidade das denúncias, ou seja, apenas as pessoas que definitivamente precisam saber das informações irão recebê-las.

Todas as denúncias são devidamente investigadas com propósito de remediar as situações relatadas, sempre de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis. Nosso Comitê de Auditoria tem a prerrogativa de aplicar monitorar os resultados das apurações, respaldada em fatos, dados e evidências.

A partir do acompanhamento e estudo desses relatos, a Companhia cria planos de ação junto à Diretoria das Operações, bem como com as áreas correlatas, a fim de garantir a melhoria contínua dos seus serviços, minimizar os impactos causados nas localidades em que atua e retroalimentar o seu Programa de Compliance.

**(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

A Companhia não identificou denúncias, nos últimos três anos, relacionadas a atos contra a administração pública (conforme determina o artigo 5º da Lei 12.846/2013) ou relacionados à quebra de integridade, como suborno, fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes econômicos, improbidade ou qualquer outra violação dessa natureza em seu nome ou benefício.

**(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito acima, adotamos regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.4 Alterações significativas



**5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Não aplicável. Não houve alterações significativas em relação aos principais riscos a que a Iguá está exposta e na sua política de gerenciamento de riscos.

## 5.5 Outras informações relevantes



### 5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Destinação de Lodo para compostagem (Mitigador de risco ambiental)

Como política de remediação dos riscos ambientais nos quais a companhia está exposta, a Companhia ressalta que atualmente, 100% (cem por cento) do lodo captado por ela é destinado para compostagem, processo que se iniciou em 22 de novembro de 2022.

Nesse sentido, são gerados mensalmente 300 (trezentas) toneladas de lodo desidratado, que resultam em 90 (noventa) toneladas de adubo orgânico.

Ao destinar para compostagem todo o lodo produzido na sua maior estação de tratamento, a Companhia fecha o ciclo de saneamento de forma sustentável na cidade, contribuindo para a diminuição do volume de rejeitos destinados aos aterros sanitários.